



83/11/17

Parecer da Comissão para os Assuntos
Económicos e Financeiros sobre a Pro-
posta do Plano para 1984

A Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros reuniu em conjunto com as Comissões para os Assuntos Internacionais, Assuntos Políticos e Administrativos e Assuntos Sociais, nos termos do nº 2 do Artº 35 do Regimento, nos dias 9, 10 e 11 de Novembro, numa das salas da Secretaria Regional das Finanças, em Ponta Delgada.

Nos dias 14, 15, 16 e 17 de Novembro, a Comissão reunida, no mesmo local, para exercer a competência definida na alínea c) do Artº 31º do já referido Regimento, emite por maioria o seguinte parecer sobre a proposta de Resolução mencionada em epígrafe:

ENQUADRAMENTO JURIDICO

Nos termos da alínea j) do Artº 44º do Estatuto Politico-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, conjugada com o Decreto Legislativo Regional nº 21/83/A de 28 de Junho o Governo submeteu a aprovação da Assembleia Regional a Proposta do Plano para 1984, competindo a esta, nos termos da alínea f) do Artº 26º do mesmo Estatuto, a sua aprovação.

APRECIAÇÃO NA GENERALIDADE

INTRODUÇÃO

O presente documento, que atempadamente foi apresentado à Assembleia Regional, revela certas melhorias no tocante a novos elementos informativos, nomeadamente os referentes à execução por programas re-

lativos ao plano de 1983.

Pela primeira vez e após a aprovação e entrada em vigor do Decreto Legislativo Regional nº 21/83/A de 28 de Junho, foram introduzidas alterações no que respeita à audição das autarquias locais e de outras entidades.

Tal diploma permitiu que o Governo Regional tivesse em conta os respectivos pareceres, antes da fase final de elaboração do Plano e de sua apresentação à Assembleia Regional.

Neste campo, entende-se que deveria haver uma participação mais activa de todos os intervenientes, de forma a melhorar o trabalho de planeamento regional.

Refere-se que para o efeito foram solicitados pareceres a 65 entidades, sendo porém de 10 as respostas recebidas.

ENQUADRAMENTO DO PLANO PARA 1984 NO PLANO A MÉDIO PRAZO

Para além do enquadramento programático no Plano a Médio Prazo, duas das questões que se tem vindo a levantar no âmbito da discussão dos respectivos documentos anuais têm sido a dos critérios da valoração das verbas e a das inflexões qualitativas e quantitativas em termos de objectivos prioritários do Plano a Médio Prazo.

Em relação à análise da primeira questão, a Comissão entendeu efectuar um trabalho de síntese que consta dos quadros em anexo e que se resume fundamentalmente no seguinte:

QUADRO I - Previsão por sectores apresentada no Plano a Médio Prazo 81-84 programado a preços constantes de 1981

QUADRO II - Planos para 1983 e 1984 a preços correntes dos respectivos anos.

Da análise dos referidos quadros constata-se que:

- 1 - Embora o Plano a Médio Prazo fosse programado a preços constantes, nos Planos anuais para 1983 e 1984 foram tidos em conta os indicadores inflacionários achados convenientes,

adequando-se os respectivos programas aos preços correntes dos respectivos anos.

- 2 - Em termos globais, verifica-se igualmente que os valores expostos tiveram por base a execução financeira dos anos anteriores, com as seguintes taxas de crescimento:

	1983/82	1984/83
<u>Dotações Globais</u>	33,7	47,4
<u>Dotações Sectoriais</u>		
Sectores Sociais	29,8	95,3
Sectores Produtivos	69,0	16,0
Infra-estruturas económicas	40,6	64,9
Sectores de Apoio	43,5	52,6

Embora sem entrar em linha de conta com quaisquer indicadores de correcção as percentagens atrás referidas revelam o crescimento das verbas dos planos anuais em relação ao do Plano a Médio Prazo.

Neste capítulo chama-se a atenção para o facto dos pareceres da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores e da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, estarem desactualizados, porquanto o documento que lhes foi presente, foi o de Programação para 1984 contida no Plano a Médio Prazo 81-84.

Neste documento as verbas expostas mereciam então os comentários produzidos.

No que se refere à segunda questão, ou seja a das inflexões qualitativas e quantitativas dos sucessivos planos, verifica-se igualmente no Quadro III que as execuções orçamentais tem sido bastante satisfatórias e não revelam qualquer inflexão nos objectivos prioritários do Plano a Médio Prazo, muito embora o estágio de desenvolvimento que se imprime aos diversos sectores não se possa apenas medir pelo volume de verbas neles dispendidas, já que existe um grande número de acções

que se desenvolvem no tecido económico e social que não têm as respectivas traduções financeiras nos planos.

Antes de entrar na análise Sectorial do Plano para 1984, várias foram as questões referidas pela Comissão Conjunta em matéria de enquadramento do Plano.

Parece-nos pois que neste âmbito, se deveria referir aquelas que mais directa e incisivamente poderão ter influência no plano regional, nomeadamente:

- O agravamento das tensões internacionais que aumentam a importância geo-estratégica da Região.
- As consequências da politica norte americana nas comunidades de emigrantes, nomeadamente no que respeita ao desemprego, à possível recessão do mercado tradicional de colocação de certos produtos açoreanos e aos fluxos turísticos para a Região.

ANÁLISE SECTORIAL

Para se proceder a uma análise mais concreta dos vários sectores, a Comissão Conjunta ouviu os responsáveis do Governo pelos vários Departamentos com excepção do Secretário Regional da Educação e Cultura que não pôde estar presente.

Em resultado desta audição e da discussão efectuada, concluiu-se que com excepção de algumas novas acções previstas, fruto da experiência colhida ao longo dos anos de governação, os programas expostos no Plano para 1984 são os constantes do Plano a Médio Prazo.

No que respeita a estas acções que resultam do balanço de actividade dos anos anteriores, evidenciam-se as seguintes:

AGRICULTURA

Ao atingir-se a fase final da experimentação, pretende-se agora implementar a última fase extensionista, a da divulgação, que por sua vez originou a alteração da orgânica da Secretaria.

E assim a prioridade é dada à formação profissional do extensio-
nista de forma a concretizar o objectivo pretendido.

Por outro lado continua a sentir-se neste sector certas dificul-
dades de informação no que respeita à estatística agrícola sem a qual
óbviamente não poderá haver cadastro, que constitui sem dúvida um ele-
mento importante de planeamento agrícola.

INDÚSTRIA

Neste sector, e muito embora o Plano Industrial não esteja apro-
vado, a orientação que dele emana é a de que o objectivo principal e
prioritário a atingir no campo industrial é o de aproveitamento de ca-
pacidade já instalada na Região, devendo portanto todas as acções de
apoio ser para lá encaminhadas.

TRABALHO

Neste campo, salienta-se, como acção nova, a reformulação de todo
o sistema de estatística de emprego e desemprego, pelo facto de, o
actual não dar a garantia de credibilidade exigida.

Por outro lado, refere-se que o programa O.T.L. está a ser objec-
to de análise em relação à sua fase experimental, com vista a ser melho-
rado e institucionalizado a partir de 1984.

HABITAÇÃO E URBANISMO

A dotação global deste sector que é aumentada em 10% em relação
ao ano anterior está 80% orientada para o sector da educação que por
sua vez representa apenas 12% da dotação global do Plano.

Os resultados obtidos na actividade de anos anteriores, no tocan-
te ao programa de auto-construção, revelaram-se positivos e daí ver-
-se agora reforçado tal programa muito embora com orientação diferente:

Assim os subsídios a atribuir terão outra natureza, nomeadamente
em espécie e obedecerão a novos critérios de distribuição.

Realça-se ainda que vários são os planos de urbanização já concluídos, peças estas que serão basilares para os respectivos planos de ordenamento do solo.

SAÚDE

Neste campo salienta-se a implementação em 1984 da nova orgânica dos Centros de Saúde que foi largamente discutida e que de certo contém toda a política que tem vindo a ser conduzida nos últimos dois anos pela Secretaria competente.

INTEGRAÇÃO EUROPEIA

Realça-se o facto de, para 1984, existirem 2 projectos no Plano que serão financiados no âmbito das acções comunitárias, nomeadamente o projecto relativo à abertura de caminhos de penetração e o projecto de fomento florestal.

Porém a Comissão julga importante que no campo de financiamentos externos se tenha em dívida consideração, os riscos cambiais daí advenientes, ainda que as restantes condições contratuais destes financiamentos, nomeadamente, prazos de reembolso e taxas de juro, sejam à par tida vantajosas.

Face ao exposto, a Comissão para Assuntos Económicos e Financeiros por maioria, com a abstenção do Partido Socialista, dá o seu parecer favorável à presente proposta do Plano para 1984.

Em anexo, apresenta-se a Declaração de Voto do representante do Partido Socialista nesta Comissão.

Ponta Delgada, 17 de Novembro de 1983.

O RELACTOR

Jorge Castanheira

O PRESIDENTE

Carlos Teixeira

A N E X O

QUADRO I

PLANO A MÉDIO PRAZO 81/84

<u>Previsão por Sectores</u>	1981	1982	1983	1984	TOTAL
<u>Sectores Sociais</u>	1.305.500	1.473.000	1.426.000	1.383.000	5.587.500
Educação	517.500	632.000	517.000	475.000	2.141.500
Cultura	26.100	81.000	29.000	80.000	116.100
Saúde	323.500	296.000	322.000	323.000	1.264.500
Segurança Social	120.000	125.000	180.000	160.000	585.000
Emprego	44.100	75.000	74.000	76.000	269.100
Habitação e Urbanismo	274.300	314.000	304.000	319.000	1.211.300
<u>Sectores Produtivos</u>	1.107.300	1.695.000	2.091.000	2.405.000	7.298.300
Agricultura	320.300	465.000	474.000	530.000	1.789.300
Pescas	59.000	143.000	168.000	200.000	570.000
Indústria	22.000	202.000	294.000	294.000	812.000
Energia	576.000	610.000	722.000	821.000	2.729.000
Comércio	-	85.000	152.000	185.000	422.000
Turismo	130.000	190.000	281.000	375.000	976.000
<u>Infra-estruturas Económicas</u>	1.628.500	1.967.000	2.187.000	2.027.000	7.789.500
Transportes	1.519.000	1.870.000	2.170.000	2.020.000	7.579.000
Circuitos	109.500	97.000	17.000	7.000	230.500
Sectores de Apoio	133.700	185.000	251.000	220.000	789.700
Investimentos Inter-Municipais	45.000	80.000	100.000	120.000	345.000
TOTAL	4.220.000	5.400.000	6.055.000	6.155.000	21.230.000

QUADRO II

PREVISÕES ANUAIS DOS PLANOS 1983 e 84

Un: contos

Sectores	1983	1984
<u>Sectores Sociais</u>	1.912.500	2.702.700
Educação	906.500	1.164.300
Cultura	29.000	33.000
Saúde	350.000	564.880
Segurança Social	180.000	148.500
Emprego	77.000	98.620
Habitação e Urbanismo	370.000	623.400
<u>Sectores Produtivos</u>	2.175.000	2.426.000
Agricultura	469.000	610.000
Pescas	239.000	236.000
Indústria	304.000	297.000
Energia	730.000	818.000
Comércio	152.000	115.000
Turismo	281.000	350.000
<u>Infra-estruturas económicas</u>	2.767.000	3.608.000
Transportes	2.750.000	3.550.000
Circuitos	17.000	58.000
<u>Sectores de Apoio</u>	265.500	118.800
<u>Investimentos Inter-</u> <u>-Municipais</u>	100.000	100.000
TOTAL	7.220.000	9.077.000

QUADRO III

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL NOS ANOS DE 1981 E 82 E
1º SEMESTRE DE 1983

Un: contos

Sectores	1981	1982	1º Semestre 1983
<u>Sectores Sociais</u>	1.142.905,2	1.733.865	738.300
Educação	500.686,8	757.908,1	454.300
Cultura	32.100	30.799,4	1.500
Saúde	272.248,9	452.614,5	83.400
Segurança Social	108.148,4	126.566	80.000
Emprego	31.442,9	41.659,1	13.700
Habituação e Urbanismo	198.278,2	324.318	105.400
<u>Sectores Produtivos</u>	1.031.728,1	1.237.314,3	540.100
Agricultura	298.755,3	379.061,5	178.200
Pescas	45.785,7	106.054	69.700
Indústria	14.115,3	34.015	1.800
Energia	568.464	580.694	324.200
Comércio	-	23.284,9	10.100
Turismo	104.607,8	114.204,9	46.100
<u>Infra-estruturas Económicas</u>	1.452.470,9	2.052.717,4	767.200
Transportes	1.371.471,8	1.994.402,9	756.000
Circuitos	80.999,1	58.314,5	10.300
<u>Sectores de Apoio</u>	93.488,8	75.548,5	28.500
Investimentos Inter- -Municipais	160.761,4	22.234,6	23.200
TOTAL	3.881.354,4	5.121.679,9	2.097.300

DECLARAÇÃO DE VOTO DO PARTIDO SOCIALISTA

O representante do PS na Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros absteve-se na votação global do Plano e Orçamento.

A sua posição foi justificada pelo facto de não considerar eficientes as medidas de política enunciadas nos documentos analisados.